

## **CORPO E HISTÓRIA: DOS ASPECTOS ONTOLÓGICOS AOS DRAMAS DE UMA SOCIEDADE MEDICALIZADA**

Sheila Daniela Medeiros dos **Santos** – UFG

### **Resumo**

Este trabalho objetiva circunscrever alguns pontos pertinentes à análise da relação corpo e história, no contexto das determinações patologizantes e biologicistas próprias de uma sociedade medicalizada marcada pelo ideário neoliberal e pós-moderno. O presente estudo, de natureza conceitual, ao pautar-se na Psicologia Histórico-Cultural, cujas premissas se ancoram no materialismo histórico dialético, evidencia fundamentalmente dois aspectos: o primeiro refere-se ao âmago das formas de alienação, às quais os indivíduos estão submetidos no capitalismo monopolista/imperialista, que transforma o corpo na fronteira do capital; e o segundo aspecto, decorrente do primeiro, é que esta transformação produzida na/pela história social, pode significar a ascensão do homem a um nível mais elevado de sua própria organização biológica. Na esteira desta proposição, a diferença dos corpos não deve ser objeto de ódio ou pretexto de submissão compulsória à ‘cura’ (ilusória) proclamada pelos setores conservadores, mas deve ser compreendida como instauradora de novas possibilidades – indubitavelmente legítimas – de conceber as distintas formas de existência do ‘ser’ humano.

**Palavras-chave:** corpo, história, medicalização.

## **CORPO E HISTÓRIA: DOS ASPECTOS ONTOLÓGICOS AOS DRAMAS DE UMA SOCIEDADE MEDICALIZADA**

### **Introdução**

Na sociedade brasileira atual, as expressões contemporâneas dos processos de medicalização e patologização da vida têm invadido, veementemente, o campo da educação escolar.

Ao seguir as fundamentações teóricas de Collares, Moysés e Ribeiro (2013), a respeito desses processos, é possível afirmar que os termos medicalização e patologização estão enleados, especificamente, por duas razões: a primeira razão refere-se ao fato de que a patologização naturaliza a vida. Na ordem da natureza processos e

fenômenos submetem-se às determinações naturais. Nesse corolário, não existem direitos, apenas relações naturais próprias de cada espécie. Direitos, por sua vez, referem-se a uma produção humana, histórica e social, pertencente exclusivamente à ordem da cultura. Assim, ao naturalizar os processos e relações historicamente constituídos, a medicalização assola os direitos humanos.

A segunda razão diz respeito ao fato de que a medicalização pode ser entendida como o processo de deslocamento das vivências peculiares e complexas da história pessoal, de natureza social, dos indivíduos para a área médica. Estas vivências, fundamentadas no/pelo determinismo biológico, são reduzidas de modo implacável ao mundo da natureza. Neste sentido, de acordo com Moysés (2001, p. 175), a medicalização pode ser compreendida como o “[...] processo de transformação de questões sociais, humanas, em biológicas”.

Na esteira destas proposições, a hegemonia neoliberal impõe valores e crenças que conduzem à padronização e busca, pelo viés da estigmatização, normatizar os distintos modos de ser, agir, pensar, expressar e ‘apropriar-se dos saberes produzidos pela humanidade’ (SAVIANI, 2008).

Nesse íterim, na sociedade, em geral, e na escola, em particular, como o diferente impacta e não (cor)responde às regras impostas e estabelecidas, há uma tendência – não arbitrária, mas ideológica – de dissimular os conflitos, silenciar os questionamentos e (con)formar o (in)adequado à uma lógica unificadora.

Desse modo, se fenômenos históricos, sociais e políticos coletivos são transmutados para questões de ordem biológica, próprias de cada indivíduo, por conseguinte, desigualdades são ocultadas e tudo aquilo que escapa às normas é transformado em doença, como um problema biológico, genético, circunscrito e individual.

Importante observar que os indivíduos considerados diferentes e ‘anormais’ sofrem uma dupla exclusão social: a primeira, decorrente de estereótipos, preconceitos e processos de culpabilização, aos quais estão brutalmente submetidos; e a segunda, disfarçada de inclusão, proveniente das doenças e dos transtornos referendados pelos diagnósticos.

Nesse contexto, o corpo do indivíduo que constitui a materialidade concreta e tangível, ao mesmo tempo em que revela (ou precisa esconder), os indícios de que é/pode ser diferente de um ‘padrão’ imposto e perpetuado pelo universo ideológico

neoliberal e pós-moderno, expressa concretamente o impacto violento produzido em decorrência da nefasta patologização e medicalização da vida humana.

Na escola, as marcas (ex)implicitamente inscritas nos corpos desafiam os professores, assim como os demais profissionais envolvidos nos processos escolares a (re)pensarem suas concepções de homem, de mundo, de sociedade, de educação, de escola, de criança... E, ora emerge a inquietação, a aflição, o medo, a fuga..., ora a discordância, a indignação e a revolta contra o preconceito, a discriminação e as injustiças sociais.

Nesse cenário, o presente trabalho objetiva circunscrever, de forma sumária, alguns pontos pertinentes à análise da relação corpo e história, no contexto das determinações patologizantes e biologicistas próprias de uma sociedade medicalizada marcada pelo ideário neoliberal e pós-moderno.

Esse estudo pauta-se nas premissas da Psicologia Histórico-Cultural (VIGOTSKI<sup>1</sup>, 1999) e consolida-se por intermédio de um trabalho de natureza conceitual, segundo o método de análise materialista histórico-dialético (MARX E ENGELS, 2007).

Por fim, percorrer uma trajetória crítico-analítica ao problematizar a relação corpo e história em uma sociedade medicalizada, que patologiza a vida humana, adquire importância capital, dada a emergência da superação das formas opressoras que, mais do que negam, ignoram os direitos humanos, promovendo e sustentando a discriminação, o ódio e a violência.

### **Corpos (in)visíveis e tentativas de padronização**

Para a melhor compreensão dos princípios norteadores que propugnam o interesse pela temática esboçada, o presente trabalho traz à tona, de modo breve, a seguinte situação:

Uma criança nasce em uma condição de formação congênita diferenciada caracterizada pela presença ambígua dos órgãos genitais, denominada pela literatura médica como intersexualidade<sup>2</sup>. Uma equipe médica especializada,

---

<sup>1</sup> Fez-se a opção pela grafia do nome do autor como 'Vigotski', por esta forma ser considerada pertinente à língua portuguesa. Todavia, as grafias utilizadas nas referências citadas serão respeitadas.

<sup>2</sup> De acordo com o artigo 1º da Resolução 1664/2003, sancionada pelo Conselho Federal de Medicina (2003), "são consideradas anomalias da diferenciação sexual as situações clínicas conhecidas no meio médico como genitália ambígua, ambiguidade genital, intersexo, hermafroditismo verdadeiro, pseudo-hermafroditismo (masculino ou feminino), disgenesia gonadal, sexo reverso, entre outras (CONSELHO

após o nascimento da criança, submete-a a exames genéticos, endocrinológicos, bioquímicos e de imagens para obter um ‘diagnóstico preciso’. Com o consentimento/a autorização dos pais a equipe médica realiza uma intervenção cirúrgica irreversível, no intuito de ‘corrigir’ a ‘má formação’ e propiciar a ‘normalização’ do sexo e do gênero ‘designados’, a fim de que a referida criança possa ‘adaptar-se’ o mais rápido possível à sociedade sem maiores danos futuros. E, então, a criança, através da medicina, faz-se menina...

Alguns anos se passam e os pais, analfabetos funcionais, leigos, marcados pela dureza da vida e sugestíveis aos mais levianos dogmas religiosos, ‘descobrem/decidem’ que a criança é/deve ser menino. E, então, a criança, através da religião, faz-se menino...

Ao ingressar na escola, a criança, recebe o rótulo de ‘criança-que-não-aprende’ e de ‘criança-problema’. Alguns anos mais tarde, a criança, torna-se jovem, e com o olhar (in)tenso e enigmático, revela à professora que não sabe o que é/o que já foi/o que queria/o que deveria/o que poderia ser: homem ou mulher<sup>3</sup>.

Ao tomar como base a situação descrita, observa-se que, no Brasil, a Resolução nº 1664 (CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, 2003), promulgada pelo Conselho Federal de Medicina – CFM, órgão supervisor da ética profissional médica (CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, 2012), define “as normas técnicas necessárias para o tratamento de pacientes portadores de anomalias de diferenciação sexual” (CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, 2003, s/p).

De acordo com o artigo 2º dessa Resolução, “pacientes com anomalia de diferenciação sexual devem ter assegurada uma conduta de investigação precoce com vistas a uma definição adequada do gênero e tratamento em tempo hábil” (CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, 2003, s/p).

---

FEDERAL DE MEDICINA, 2003, s/p). Já Guimarães Junior (2014), com o propósito de delimitar o objeto de pesquisa de sua tese de doutorado, opta por referir-se ao termo intersexualidade “como referência ao diagnóstico médico de genitália ambígua em humanos” (GUIMARÃES JUNIOR, 2014, p. 20). Entretanto, segundo Machado (2008) e Damiani e Guerra Júnior (2007), no que tange ao uso da terminologia concernente à intersexualidade, nota-se a existência de distintas posições e apropriações controversas consubstanciadas historicamente por diferentes áreas do conhecimento em determinado contexto social, político e de produção científica.

<sup>3</sup> Situação baseada em uma experiência vivenciada pela autora, durante a sua práxis pedagógica, em um curso de alfabetização de jovens e adultos em uma escola pública brasileira.

Guimarães Junior (2014), fundamentando-se em uma perspectiva bioética laica<sup>4</sup>, investiga se as cirurgias genitais realizadas em neonatos intersexo, e consideradas pela legislação médica como “urgência biológica e social” (GUIMARÃES JUNIOR, 2014, p. 26), atendem, de fato, ao melhor interesse do recém-nascido no que diz respeito às suas perspectivas futuras. Para o referido autor,

[...] a crença médica preconiza que é necessário normalizar e ajustar a anatomia do neonato ao padrão morfológico condizente com o sexo que for ‘descoberto’ pela equipe multidisciplinar, na medida em que é a sua atipicidade anatômica que dificultaria a pronta afirmação de seu sexo. Em geral, a equipe médica recomenda a imediata realização do procedimento por acreditar que o bem estar psicossocial da criança não será alcançado se houver incongruência entre o fenótipo de sua genitália e a identidade de gênero correspondente que, espera-se, desenvolverá (GUIMARÃES JUNIOR, 2014, p. 1).

Em última análise, Guimarães Junior (2014), a partir de uma minuciosa revisão bibliográfica de produções acadêmico-científicas nacionais e internacionais sobre a temática em pauta e com base nos processos instaurados pelo Pró-Vida<sup>5</sup> por pais de crianças intersexo que insurgiram contra a alegação dos benefícios das intervenções cirúrgicas realizadas precocemente, pelos debates instaurados nas últimas décadas pela comunidade científica internacional e pelo movimento social organizado de indivíduos intersexo, concluiu ao final de sua pesquisa que as intervenções médico-cirúrgicas preconizadas em crianças diagnosticadas como intersexo não eram justificáveis quando não houvesse risco de graves danos à saúde ou risco de morte.

Cabe destacar que, segundo este autor, diante das controvérsias instauradas, a comunidade médico-científica brasileira permanece silente.

Obviamente muitas indagações, inegavelmente complexas e paradoxais, podem ser delineadas acerca da temática *intersexualidade*, em particular, ou das categorias analíticas *sexualidade* e *gênero(s)*, em geral.

Como se pode notar, o embate polemiza e desestabiliza as mais sólidas estruturas, assim como esquemas binários cristalizados: masculino/feminino, heterossexual/homossexual. Isso porque o território em que se situa os elementos *sexualidade* e *gênero(s)*, na atualidade, estão em contínua transformação.

---

<sup>4</sup> De acordo com o autor, trata-se de uma abordagem teórica, não religiosa ou transcendental, pautada na esfera da razão e da ‘argumentação racional’, na acepção de Durand (2007).

<sup>5</sup> O Pró-Vida/Promotoria de Justiça Criminal de Defesa dos Usuários de Serviço de Saúde trata-se de um órgão do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT).

O desafio maior talvez seja admitir que as fronteiras sexuais e de gênero vêm sendo constantemente atravessadas e – o que é ainda mais complicado – admitir que o lugar social no qual alguns sujeitos vivem é exatamente a fronteira. A posição de ambiguidade entre as identidades de gênero e/ou sexuais é o lugar que alguns escolheram para viver (LOURO, 2004, 21).

À primeira vista, apesar de emergir como alvo privilegiado o estudo da *sexualidade* e/ou do *gênero*, nota-se que tal visibilidade é apenas aparente, uma vez que o que está em pauta antecede a problematização destes aspectos.

Há um debate preliminar que adquire contornos mais nítidos a partir de alguns elementos relevantes para a reflexão. Estes elementos, os quais intencionam, para além das aparências, desvelar a essência das contradições, podem ser brevemente sintetizados tendo como referência as seguintes questões: De que modo se instaura a relação entre corpo e história em uma sociedade medicalizada? Em que medida o homem, em nome da ciência, está autorizado a selar a base biológica, sobre a qual a história de outro homem é edificada e se transforma continuamente, considerando ainda que essa base pode vir a ser transmutada na/pela história? Quais possibilidades concretas se apresentam para a superação da patologização e da medicalização das expressões do humano, patologização e medicalização estas que rechaçam o respeito à diferença, os princípios da autonomia e o reconhecimento dos direitos humanos?

Portanto, a questão primordial que se coloca nesse trabalho é a não aceitação da diferença por parte de setores e/ou instituições tradicionais que recrudescem posições conservadoras preconceituosas e racistas a ponto de propalarem publicamente campanhas de retomada dos valores morais e da imposição da ‘cura’.

Ao reiterar o que foi salientado, diversas indagações poderiam ser pontuadas tomando como base a situação brevemente mencionada que, com semelhanças, aproximações e divergências, é experienciada em outras escolas brasileiras e em escolas de outros países.

Entretanto, ao ter em conta a amplitude dos aspectos que poderiam ser abordados e o mosaico de campos do conhecimento evocados a dialogar a partir da problemática instaurada, no intuito de não ultrapassar os limites do presente trabalho, optou-se por circunscrever, de forma sumária, alguns pontos pertinentes à análise da relação corpo e história, na qual se inscreve a relação natureza e cultura, à luz da perspectiva Histórico-Cultural em Psicologia.

### **Corpo e história: o tênue fio entre natureza e cultura**

Como diz Sant'Anna (1993) ter um corpo parece ser hoje um fato normal e indispensável à vida. Entretanto, tomar o corpo, segundo uma perspectiva histórica, relacionando-a à história pessoal, de natureza social, e à história da humanidade, não é algo trivial, nem tampouco inteligível, pois implica não apenas em desvelar o quão diferentes são os corpos de outrora, seus modelos de conduta e os valores a eles atribuídos, mas sobretudo implica em deparar-se com o estranho, o enigmático.

Na *pós-modernidade*, o corpo entra em cena tanto nos meios acadêmicos como nas mais distintas expressões da cultura contemporânea: corpo moderno, corpo permeável, corpo laicizado, corpo sagrado, corpo energético, corpo informatizado, corpo modificado, corpo como suporte da arte, corpo que integra o mercado global...

Compreender (e controlar) o corpo traduz-se como um desejo ambicioso desde o *Tratado de Civilidade de Erasmo*, publicado originalmente em 1530 (ERASME, 1977) – passando pelos trabalhos históricos da escola dos *Annales*, pelos estudos de Foucault (1985, 1986, 1987) e pelas análises de Elias (1993, 1994) –, até os enfoques antropológicos de Mauss (1974) e de Le Breton (1990).

Embora os autores mencionados tenham, inegavelmente, contribuído para ampliar os debates acerca da temática, nota-se que algumas das tendências teóricas em que estavam pautados, os conduziram a uma armadilha, de tal forma que resvalaram ao próprio modelo supostamente criticado.

Ciente das dificuldades e sem ansiar maiores pretensões, dados os limites de espaço deste artigo, o presente trabalho procura incitar o debate esboçando uma tentativa de análise da relação corpo e história a partir do método materialista histórico-dialético.

Marx e Engels (2007), na obra *A ideologia alemã*, inauguram a discussão intitulada: *A Ideologia em geral, em especial a filosofia alemã*, proferindo uma afirmação categórica:

Nós conhecemos uma única ciência, a ciência da história. A história pode ser contemplada de dois lados, dividida na história da natureza e na história dos homens. Os dois lados não podem ser divididos; enquanto existirem homens, a história da natureza e a história dos homens se condicionam mutuamente (MARX e ENGELS, 2007, p. 39).

De acordo com Marx e Engels (2007), a condição primeira de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, expressa-se na premissa de que os homens para ‘fazer história’, precisam encontrar-se em condições reais e satisfatórias de poder viver.

A segunda proposição é a de que, a produção da vida material gerada no intento de atender às necessidades de existência humana forjam novas necessidades que constituem, enquanto criação do novo, o primeiro fato histórico (MARX e ENGELS, 2007).

A terceira relação, que desde o princípio incide no desenvolvimento histórico,

[...] é a de que os homens que renovam diariamente a sua própria vida, começam ao mesmo tempo a fazer outros homens, a se reproduzir – a relação entre homem e mulher, entre pais e filhos, a *família*. Esta família, que no princípio constitui a única relação social, mais tarde, quando as necessidades se multiplicarem, criam novas relações sociais e o número aumentado dos homens cria novas necessidades, passa a ser [...] uma relação secundária (MARX e ENGELS, 2007, p. 51).

Em relação a esta assertiva, cabe acrescentar que...

[...] a produção da vida, tanto da produção da própria vida no trabalho quanto da vida estranha na procriação, parece mostrar desde logo na condição de relação dupla – de um lado, com o uma relação natural, e de outro como uma relação social [...] (MARX e ENGELS, 2007, p. 52).

Por último, a quarta proposição que, entretecida às outras três, traduz as relações originárias da história, enfatiza que “os homens têm história, porque eles têm de produzir sua vida, e têm de produzi-la de determinada maneira; isso é dado por sua organização corporal; e o mesmo acontece com sua consciência” (MARX e ENGELS, 2007, p. 53).

A consciência, portanto, não é uma abstração inerente ao indivíduo singular. Em sua essência, ela é produto das relações sociais e subsistirá enquanto existirem seres humanos.

A epistemologia materialista histórica e dialética de Vigotski (1999) está em precisa consonância com a dialética presente nas obras de Marx (1978, 1983), uma vez que a dialética marxiana se sustenta no princípio de que a abstração é uma mediação que assume importância capital à ciência, a fim de que possa desnudar a essência da totalidade concreta.

Cabe salientar que a expressão essência humana, na transição dos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844* (1978) para as *Teses sobre Feuerbach e A ideologia*



*alemã* (MARX e ENGELS, 2004), resvala no conceito de práxis, uma vez que o homem começa a ser compreendido como ser produtor e transformador.

Para Vigotski (1996), o homem é dotado de uma dupla natureza: a biológica e a cultural, sendo que a última emerge da primeira, porém condicionando-a ao desenvolvimento histórico.

Para Vygotski (1993, 1995), o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, filogeneticamente engendradas pela criação/uso de instrumentos e da linguagem na/pela atividade do trabalho, sela o salto qualitativo da espécie humana, do biológico ao cultural.

Se, de um lado, as condições biológicas desempenham papel determinante na aquisição da condição humana, por outro, esse papel é desempenhado pelas condições da história social, que desenvolve formas novas de uma complexa relação com a realidade objetiva, a totalidade social (KOSIK, 2010), mediada pela atividade do trabalho.

Não se trata, porém, de demarcar a oposição, mas sobretudo sublinhar a diferença qualitativa, existente entre o mundo natural e o mundo social, tal como Vigotski (1993, 1995, 1999) postula em diversos de seus escritos.

Obviamente, o homem possui uma estrutura biológica que não pode ser ignorada. Mas, faz-se necessário admitir a ineliminável relação entre natureza orgânica e natureza cultural do indivíduo como princípio ontológico fundamental, simultaneamente ao reconhecimento da existência de um salto na passagem da evolução da vida humana como história da natureza orgânica, para a história social (DUARTE, 2006).

Logo, o homem enquanto ser eminentemente biológico adquire a condição humana no contexto histórico e cultural (PINO, 2005), através das apropriações e das objetivações produzidas historicamente pela humanidade, estando condicionado muito mais a estas do que propriamente à sua herança genética para desenvolver-se.

Portanto, pode-se conjecturar que para Vigotski (2000), assim como para Marx (2004), a história constitui o pilar fundamental na análise da natureza cultural do homem.

Vigotski (1999), em *O significado histórico da crise da psicologia*, analisou a aparente cisão entre duas tendências, o idealismo e o mecanicismo ingênuo, que marcavam as teorias psicológicas de sua época e dificultavam a compreensão da dupla natureza humana.

Em suas análises, Vigotski (1999) asseverou que a dicotomia existente entre as teorias materialistas e as teorias idealistas não apenas expressava, na sociedade burguesa, a divisão entre duas classes sociais que se opunham, mas traduziam a divisão, no processo do trabalho, entre biológico e cultural, entre teoria e prática, entre trabalho manual e trabalho intelectual.

Com base no método materialista histórico-dialético, Vigotski (1999) demonstrou o quanto a cisão presente nas tendências teóricas no campo da Psicologia era uma expressão da fragmentação existente nos meandros da sociedade burguesa.

Além disso, o autor denunciou o distanciamento da Psicologia dos aspectos culturais e sociais humanos, uma vez que essa ciência ora pautava-se em uma visão idealista, ora em um modelo cartesiano.

A partir destas considerações teóricas, ao pensar a relação corpo e história, não propõe-se nesse trabalho acentuar uma ou outra categoria sob os cânones da lógica formal, os quais traduzem o axioma da exclusão dos opostos, mas reitera-se a imprescindibilidade de deslocar estes dois elementos de análise, corpo e história, para a dialeticidade de uma relação em que ambos os elementos determinam-se reciprocamente.

Assim, ao apreender a relação dialética corpo e história, pode-se pensar o corpo como materialidade concreta, como ponto de partida e, simultaneamente, como ponto de chegada, como *síntese*:

O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso/múltiplo. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação (MARX, 1978, p. 116).

O corpo, tangível, expressa a apropriação dialética da realidade objetiva através da mediação do árduo processo de elaboração de abstrações e de reconstrução, no pensamento, das múltiplas relações que compõem a totalidade social (KOSIK, 2010).

Cumprir lembrar que na epistemologia marxiana as categorias abstratas referem-se às relações unilaterais, parciais, enquanto as categorias concretas dizem respeito às relações complexas e multilaterais (DUARTE, 2000).

No que tange à diferença dos corpos, apesar de não haver espaço para entrar em detalhes sobre o uso do termo ‘diferença’, é possível ao menos assinalar o grande equívoco existente em referenciá-lo sinonimizando-o ao termo ‘diversidade’.

Rodrigues e Abramowicz (2013), ao empreenderem um esforço de análise das distintas vertentes teóricas que debatem os conceitos de diferença e diversidade na área da educação, afirmam, no que diz respeito ao primeiro termo, que...

[...] Se, por um lado, a utilização desse conceito pode revelar o surgimento de uma inflexão do pensamento social por outro, a imprecisão ou seu uso indiscriminado pode restringir-se ao simples elogio às diferenças, pluralidades e diversidades, tornando-se uma armadilha conceitual e uma estratégia política de esvaziamento e/ou apaziguamento das diferenças e das desigualdades. (RODRIGUES e ABRAMOWICZ, 2013, p. 17)

Já em relação ao termo ‘diferença’ é Louro (2008) quem explicita:

[...] é possível dizer que ela [a diferença] seja um atributo que só faz sentido ou só pode se constituir em uma relação. A diferença não pré-existe nos corpos dos indivíduos para ser simplesmente reconhecida; em vez disso, ela é atribuída a um sujeito (ou a um corpo, uma prática, ou seja lá o que for) quando relacionamos esse sujeito (ou esse corpo ou essa prática) a um outro que é tomado como referência (LOURO, 2008, p. 22).

Portanto, a diferença é produto de um processo histórico, e os novos corpos que se configuram na história carregam em si as marcas desse processo. Assim, o corpo torna-se história.

Esse modo de conceber o corpo afasta-se das ilusões idealistas e convida a sociedade contemporânea a combater tanto o evolucionismo ingênuo e o relativismo, que negam a existência das formas mais desenvolvidas da vida histórica e social, como o subjetivismo, que nega o conhecimento enquanto apropriação da realidade objetiva pelo pensamento.

Se as transformações na história do homem imprimem transformações no corpo, do mesmo modo que as transformações no corpo produzidas na/pela história qualificam transformações na história do homem, pode-se inferir que estas transformações conduzem, inevitavelmente, à evolução do homem para a alteração do *tipo biológico humano*. Neste sentido,

[...] tendo dominado os processos que determinam sua própria natureza, o homem [...], ascenderá, indubitavelmente, a um nível mais elevado e transformará sua própria organização biológica. Mas esta é a fonte do maior paradoxo histórico do desenvolvimento contido nesta transformação biológica do tipo humano, que ela é alcançada principalmente por meio da ciência, da educação social e da racionalização dos modos de vida. A alteração biológica do homem não representa uma condição prévia para estes fatores, mas, ao invés disso, é um resultado da liberação social do homem (VYGOTSKY, 2004, s/p)

Esta é uma proposição que inaugura um modo distinto de conceber o corpo na atualidade.

### **Considerações finais: o corpo medicalizado como fronteira do capital**

Este estudo lançou-se na imperiosa tarefa de desvelar a necessidade de se compreender o corpo constituído historicamente como instância que se produz e reproduz no âmago das relações sociais, opondo-se tanto ao reducionismo biológico como ao subjetivismo pós-moderno que servem de sustentáculo à proliferação dos processos de patologização e medicalização da sociedade.

Este estudo, além de seguir em direção oposta aos preceitos veementemente proclamados por setores conservadores da sociedade atual, também faz um alerta no sentido de promover decisivamente o rompimento de discursos que conduzem a debates seculares.

Nesse ínterim, a preocupação que se instala ‘não’ é a de afirmar, simplesmente, que está havendo uma retomada das concepções patologizantes tão criticadas desde a década de 1980. Isso porque, indícios concretos propiciados pelo processo de investigação mostram que elas nunca saíram de cena, mas se reestruturaram para atender as demandas das relações capitalistas de produção (MARX, 1993). A conclusão evidente é que estas concepções patologizantes têm se travestido e se mantido hegemônicas pelo viés médico, através de uma visão de cunho organicista.

Nessa incursão, a indústria farmacêutica, que ocupa crescentemente lugar central na economia capitalista, ostenta capacidade e eficiência quiméricas na utilização e disseminação de concepções equivocadas sobre os modos de conceber o corpo e sobre as doenças – concepções estas amplamente enraizadas no senso comum –, o que lhe permite fomentar continuamente o ‘sonho’ da dissolução e resolução de problemas sociais por intermédio do controle psicofarmacológico dos corpo humano. Tal situação, nota-se, é altamente vantajosa para os grandes laboratórios.

Por outro lado, não se trata de negar os avanços da medicina, nem tampouco as bases biológicas do comportamento humano. O que se defende é a ruptura da lógica de culpabilização do indivíduo; sobretudo, o que se advoga é a firme posição em relação às tentativas de transformar a diferença em doença ou de explicar a condição humana pela via estrita dos aspectos orgânicos. Essas vicissitudes assinalam que...

[...] a crise da ideia do progresso, portanto, não é uma crise da ideia em si, mas uma crise dos portadores dessa ideia, os quais se tornaram, eles mesmos, uma 'natureza' que deve ser dominada. Os ataques às ideias de progresso, nessa situação, são muito interessados e tendenciosos (GRAMSCI, 1995, p. 45)

Desse modo, na sociedade atual, torna-se crucial a superação das expressões teóricas que traduzem o âmago das formas de alienação às quais os indivíduos estão submetidos no capitalismo monopolista e imperialista. Isso porque essas expressões teóricas não promovem o rompimento às tendências irracionistas e solipsistas presentes no pensamento burguês desde o século XIX, mas ao contrário, as acentuam e as difundem, sob o disfarce de versões aparentemente novas. Em relação a esse aspecto, faz-se necessário,

[...] defender uma abordagem marxista que supere os limites do Iluminismo sem negar o caráter emancipatório do conhecimento e da razão; que supere os limites da democracia burguesa sem negar a necessidade da política; que supere os limites da ciência posta a serviço do capital sem, entretanto, negar o caráter indispensável da ciência para o desenvolvimento humano; que supere a concepção burguesa de progresso social sem negar a possibilidade de fazer a sociedade progredir na direção de formas mais evoluídas de existência humana (DUARTE, 2004, p. 223).

Neste sentido, entende-se que o processo de naturalização do corpo, manifesta-se na crescente biologicização ou subjetivização, tornando o corpo altamente rentável, transformando-o na 'fronteira do capital'. Cabe, aqui, um breve parêntese a respeito da distinção fundamental entre capital e capitalismo apresentada por Mészáros (2002).

Segundo Mészáros (2002), o capital não apenas antecede o capitalismo como também a ele é posterior. Ou seja, coerente com a linha que sustenta esse trabalho, o capital é ponto de partida e é ponto de chegada. Para melhor explicitar essa questão, Antunes (2002) sinaliza que...

[...] o capitalismo é uma das formas possíveis de realização do capital, uma de suas variantes históricas, como ocorre na fase caracterizada pela subsunção real do trabalho ao capital. Assim como existia capital antes da generalização do sistema produtor de mercadorias, do mesmo modo pode-se presenciar a continuidade do capital após o capitalismo (ANTUNES, 2002, s/p).

Não obstante, as formas possíveis de consolidação do capital, de forma 'aparentemente' paradoxal, ora ignoram a diferença, ora a legitimam. O destaque à palavra justifica-se justamente porque quando estas formas possíveis de consolidação do capital ignoram a diferença, buscam uma homogeneidade que inexiste e, por

consequente, excluem o indivíduo que mostra-se diferente da norma, mantendo as bases sólidas da divisão social em classes. Por outro lado, quando legitimam a diferença, avalizam em nome da ciência, a culpabilização do indivíduo, expropriando-o de ‘sua’ normalidade e, do mesmo modo, perpetuando as desigualdades de classes.

Para Heller (2008), o preconceito, como expressão do pensamento balizada na vida cotidiana, cumpre essa função: perpetuar a desigualdade. O preconceito, geralmente, refere-se a questões de classe social, raça e gênero; ao discriminar os indivíduos que correntemente constituem as *minorias sociais* (na realidade, as *maiorias*), outorga a exclusão como se esta fosse inerente a eles, o que os impedem de terem seus direitos reconhecidos em uma organização social, em que todos deveriam ter, pretensamente, acesso às mesmas oportunidades. A tenacidade, a persuasão, o poder invasivo e o pragmatismo das formas de pensamento da vida cotidiana, crivadas pelo preconceito, são tão intensas que os próprios indivíduos discriminados chegam a legitimar o preconceito que os discriminam.

Portanto, o preconceito e a discriminação, sob o discurso da igualdade, sustentam desigualdades históricas.

Ao enveredar por esse caminho e, por conseguinte, reiterar a assertiva de Freire (2000), em sua *Terceira carta pedagógica*, especificamente quando conclama “[...] se a educação sozinha, não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade mudará” (FREIRE, 2000, p.67), nota-se que a educação, indubitavelmente, apresenta-se como uma possibilidade plausível para colocar no centro das discussões os modos como o ser humano relaciona-se consigo mesmo e com o(s) outro(s), sem aceitar passivamente o que foi naturalizado como verdade universal e imutável, como algo transcendental a qualquer criação/produção humana.

A naturalização do social instaura um jogo estigmatizante, no qual a produção do indivíduo humano é estruturada na lógica da conformidade. Nesse sentido,

[...] a diversidade dos significados que a naturalização do social pode assumir, nos vários contextos históricos, jamais elimina, porém, seu caráter alienante contido na transformação, no plano ideológico, de algo criado pelo homem em algo que teria sido produzido pela natureza, retirando do ser humano a crença na possibilidade de transformação daquilo que ele próprio produziu (DUARTE, 2000, p. 129).

Por fim, a diferença não pode tornar-se objeto de ódio ou pretexto de submissão compulsória à uma ‘cura’ perversa e ilusória. Ao contrário, a diferença deve ser compreendida como provocadora e instauradora de novas possibilidades –

indubitavelmente legítimas – de pensar e conceber as distintas formas de existência do “ser” humano.

## Referências

- ANTUNES, R. Para além do capital e de sua lógica destrutiva. *Revista Espaço Acadêmico*. Ano II, n. 14, jul. 2002. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/014/14lmeszaro.htm>. Acesso em: 28 mar. 2015.
- CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução nº 1998 de 3 de setembro de 2012. Disponível em: <http://portal.cfm.org.br/images/stories/documentos/1998alteraregimentointernocfm.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2015.
- CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução nº 1664 de 13 de maio de 2003. Disponível em: [http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/cfm/2003/1664\\_2003.htm](http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/cfm/2003/1664_2003.htm). Acesso em: 28 mar. 2015.
- COLLARES, C. A. L.; MOYSÉS, M. A. A.; RIBEIRO, M. C. F. Apresentação. In: COLLARES, C. A. L.; MOYSÉS, M. A. A.; RIBEIRO, M. C. F. (Org.). *Novas capturas, antigos diagnósticos na era dos transtornos: memórias do II Seminário Internacional Educação Medicalizada: dislexia, TDAH e outros supostos transtornos*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013. p. 15-20.
- DAMIANI, D.; GUERRA-JÚNIOR, G. As novas definições e classificações dos estados intersexuais: o que o Consenso de Chicago contribui para o estado da arte? *Arquivos Brasileiros de Endocrinologia & Metabologia*, v. 51, nº 6, p. 1013-1017, aug. 2007.
- DUARTE, N. A rendição pós-moderna à individualidade alienada e a perspectiva marxista da individualidade livre e universal. In: DUARTE, N. (Org.) *Crítica ao fetichismo da individualidade*. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. p. 219-242.
- \_\_\_\_\_. *Vigotski e o ‘aprender a aprender’: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana*. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.
- DUARTE, N. A anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco: a dialética em Vigotski e em Marx e a questão do saber objetivo na educação escolar. *Educação & Sociedade*, v. 21, nº 71, p. 79-115, jul. 2000.
- DURAND, G. *Introdução geral à bioética: história, conceitos e instrumentos*. 2. ed. São Paulo: Centro Universitário São Camilo: Loyola, 2007.
- ELIAS, N. *O processo civilizador*. 2. ed. Tradução Ruy Jungmann. Rio de Janeiro:

Zahar, 1994, v. 1.

\_\_\_\_\_. *O processo civilizador*. Tradução Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1993, v. 1.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

\_\_\_\_\_. *História da Sexualidade: o cuidado de si*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

FREIRE, P. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. Apresentação de Ana Maria Araújo Freire. Carta-prefácio de Balduino A. Andreola. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GRAMSCI, A. *Concepção dialética de história*. 10. ed. Tradução Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

GUIMARÃES JUNIOR, A. R. *Identidade cirúrgica: o melhor interesse da criança intersexo portadora de genitália ambígua. Uma perspectiva bioética*. 2014. 149 f. Tese (Doutorado em Ciências de Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro.

HELLER, A. Sobre os preconceitos. In: \_\_\_\_\_. *O cotidiano e a história*. 2. ed. Tradução Carlos Nelson Coutinho; Leandro Konder. São Paulo: Paz e Terra, 2008, p. 63-88.

LOURO, G. L. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. *Pro-Posições*, v. 19, n. 2 (56), p. 17-23, mai./ago. 2008.

KOSIK, K. *Dialética do concreto*. Tradução Célia Neves; Alderico Toríbio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

LE BRETON, D. *Anthropologie du corps et modernité*. Paris: PUF, 1990.

MACHADO, P. S. Intersexualidade e o Consenso de Chicago: as vicissitudes da nomenclatura e suas implicações regulatórias. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n° 68, p. 109-124, oct. 2008.

MARX, K. *Grundrisse: foundations of the critique of the political economy*. Tradução Martin Nicolaus. Londres, Penguin Books e New Left Review, 1993.

\_\_\_\_\_. *O capital – Crítica da Economia Política*, v. I, Livro Primeiro: O processo de produção do capital. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

\_\_\_\_\_. *Manuscritos econômicos-filosóficos e outros textos escolhidos (Coleção Os Pensadores)*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Tradução de Marcelo Backes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.



- MAUSS, M. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: EPU, 1974, v. 2.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MOYSÉS, M. A. A. *A institucionalização invisível – crianças que não-aprendem-na-escola*. Campinas, SP: FAPESP/ Mercado de Letras, 2001.
- PINO, A. *As marcas do humano: às origens da constituição cultural da criança na perspectiva de Lev S. Vigotski*. São Paulo: Cortez, 2005.
- RODRIGUES, T. C.; ABRAMOWICZ, A. O debate contemporâneo sobre a diversidade e a diferença nas políticas e pesquisas em educação. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 15-30, jan./mar. 2013.
- ROTTERDAM, E. *La civilité puerile*. Présenté par Philippe Ariès. Paris: Ramsay, 1977 [1a ed. Em 1530]
- SANT'ANNA, D. B. Corpo e história. *Cadernos de subjetividade*, v. 1, n. 1, 1993, p. 243-266.
- SAVIANI, D. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 10 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008
- VIGOTSKI, L. S. *A construção do pensamento e da linguagem*. 2. ed. Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Psicologia concreta do homem*. (Manuscrito de 1929). *Educação & Sociedade*, v. 21, n° 71, p. 23-44, jul. 2000.
- \_\_\_\_\_. *Teoria e método em psicologia*. Tradução Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- VYGOTSKI, L. S. *Obras Escogidas*. Madri: Visor, 1995, v. 3.
- \_\_\_\_\_. *Obras Escogidas*. Madri: Visor, 1993, v. 2.
- VYGOTSKY, L. S. *A transformação socialista do homem*. Tradução de Nilson Doria. *Marxist Internet Archive*, jul. 2004. Disponível em: <<https://marxists.anu.edu.au/portugues/vygotsky/1930/mes/transformacao.htm>>. Acesso em: 28 mar. 2015.
- \_\_\_\_\_; LURIA, A. R. *Estudos sobre a História do Comportamento: símios, homem primitivo e criança*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.